



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO - CGPLAM/DLOG/PF

TIC - ETP - Estudo Técnico Preliminar Contratação

Processo nº 08200.022231/2021-62

ETAPA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DESTINADO AOS SERVIDORES DA POLÍCIA FEDERAL - CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA

HISTÓRICO – REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
16/12/2021	1.0	Criação do Documento	JÂNIO ANDRADE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 21090963), demonstrando a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação em consonância com a IN 05/2017 e IN 40/2020.

1.2. O objeto do estudo é a contratação de assessoria jurídica para a constituição da Associação que irá administrar os recursos de origem privada integrantes do Programa de Saúde da Polícia Federal - PF Saúde.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Trata-se o presente processo de viabilização da constituição de um CNPJ, sob a forma de Associação, com o objetivo de administrar os recursos oriundos de fontes próprias destinadas ao Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Polícia Federal (PF SAÚDE) e seus dependentes elegíveis, compostas pelas contribuições dos servidores, correspondentes às mensalidades e coparticipações.

2.2. O objetivo do Programa denominado PF Saúde é disponibilizar tratamento de saúde a um custo acessível, com rede credenciada de abrangência nacional, notadamente porque os servidores, especialmente os policiais, se deslocam por todo o território e, ao longo da carreira, podem ser lotados em diferentes regiões.

2.3. A ação vai ao encontro dos ditames da Portaria nº9.003-DG/PF, de 11 de dezembro de 2018, e é demanda clamada pelos servidores há anos.

2.4. Com esse desiderato, foi apresentado Relatório Final, no bojo do Processo nº 08200.019123/2021-11, fundeado em estudos e benchmarking junto a autogestões existentes em órgãos públicos, com destaque para TRT5 Região, cujo relatório serviu de inspiração para trabalho conclusivo apresentado pelo GT.

2.5. A partir das considerações obtidas nas reuniões com outras autogestões e avaliação da recomendação encaminhada ao PAS-TRT 8ª Região, pelo TCU, sobre o tema, ficou estabelecido que seria a opção mais assertiva e coadune com entendimento do Tribunal de Contas da União, a constituição de um CNPJ diferente para movimentar os recursos de origem privada. Segue conclusões do TCU exaradas no âmbito do Relatório 009.641/2012-2 (21064231):

“25. Conforme demonstrado nos itens 13 e 14 supra, não resta dúvida de que os recursos movimentados na conta do PAS/TRT8ª, são recursos privados, uma vez que oriundos da contribuição de servidores e magistrados consignada em folha de

pagamento, ainda que eventualmente possa receber recursos orçamentários e eventuais créditos adicionais da União, consignados ao Tribunal Superior do Trabalho na Lei de Orçamento Anual nos Programas de Trabalho específicos. Assim sendo, foi razoável o indeferimento da STN em relação à autorização da manutenção excepcional da conta principal do PAS/TRT8ª (Banco do Brasil S/A, Agência 1674-8, Conta Corrente 1.205.698-7), com o CNPJ da União, nos termos do supracitado art. 9º da IN STN 4/2004. 26. Além disso, a competência para autorização da manutenção de contas correntes com CNPJ da União, diversas da Conta Única é da Secretaria do Tesouro Nacional, a qual se declarou impossibilitada de autorizar a manutenção da conta corrente do PAS/TRT8ª, uma vez que os recursos financeiros nela movimentados não se enquadram na definição de disponibilidades financeiras da União. 27. Além da falta de amparo legal, o Princípio da Finalidade exige que a atuação do gestor público se destine a atender o interesse público e garantir a observância das finalidades institucionais por parte das entidades da Administração. A finalidade pública objetivada pela lei é a única que deve ser perseguida pelo administrador. Além disso, não se vislumbrou nos autos nenhum prejuízo à existência normal do Plano de Assistência-Saúde da Justiça do Trabalho da 8ª Região com o eventual encerramento da conta corrente 1.205.698-7, Agência 1674-8, aberta no Banco do Brasil S/A com o CNPJ da União, motivo desta instrução. 28. Diante do exposto, propõe-se, como forma de adequar o TRT da 8ª Região às determinações contidas no Acórdão 661/2011, determinar aquele Tribunal Regional do Trabalho faça o levantamento dos recursos públicos e privados existentes na conta corrente 1.205.698-7, Agência 1674-8, aberta no Banco do Brasil S/A com o CNPJ da União, desvinculando os recursos privados do CNPJ da União e transferindo os recursos públicos para a Conta Única, sem prejuízo dos lançamentos contábeis pertinentes.

2.6. A inscrição de novo um CNPJ, sob a forma de Associação (Processo SEI 08200.021512/2021-06) permitirá a segregação orçamentária dos valores privados (contribuições) e sua movimentação, inclusive investimentos, para a melhor gestão dos recursos do Programa de Saúde.

2.7. Ao se tratar de verbas públicas, é imperioso que a movimentação dos recursos, despesas e outras saídas sejam cumpridas à luz da legislação pertinente.

2.8. Dessa forma, mostra-se imprescindível a criação de CNPJ desvinculado para gerir os recursos de natureza privada.

2.9. Ocorre que o Estatuto da OAB (Lei 8.906, de 4 de julho de 1994) preconiza alguns atos como atividade privativa de advocacia, dentre os quais, destacamos:

"Art. 1º. São atividades privativas de advocacia:

(...)

§ 2º Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados."

2.10. Nessa toada, para que a constituição da Associação possa seguir adiante, mister que haja contratação de assessoria jurídica, a fim de atender imperativo normativo e conceder imprescindível viés de legalidade à Associação.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. **SETOR:** CGPLAM/DLOG/PF

3.2. **RESPONSÁVEL:** RÚBIA DANYLA GAMA PINHEIRO

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Especialização em serviços de consultoria advocatícia para constituição de um CNPJ sob a forma de Associação, visando à implantação do Programa de Saúde da Polícia Federal, devido a uma exigência legal constante na Lei 8.906, de 4 de julho de 1994.
- 4.2. Apresentação de proposta de preço que deverá conter, obrigatoriamente, a descrição do serviço, com todas as especificações mínimas exigidas, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, endereço e telefone para contato, data de emissão.
- 4.3. Comprovação de atividade pertinente e compatível com o objeto da dispensa, mediante comprovação por meio de registro na OAB.
- 4.4. Possuir as condições de habilitação antes e durante a execução do objeto.
- 4.5. A contratação terá vigência de doze meses, a partir da emissão da Nota de Empenho.
- 4.6. Existem vários escritórios de advocacia aptos a prestar os serviços pretendidos pela Polícia Federal, porém, considerando o valor estimado após ampla pesquisa de mercado, entende-se que a contratação poderá ser formalizada por meio de Dispensa de Licitação, cujo escolha recairá sobre a proposta de menor preço, desde que atendidos os demais requisitos necessários à escorreita execução contratual.
- 4.7. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para emissão da Nota de Empenho.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1. O objeto pretendido refere-se à contratação de empresa especializada em serviços de consultoria advocatícia para constituição de um CNPJ sob a forma de Associação, visando à implantação do Programa de Saúde da Polícia Federal.
- 5.2. A partir de então e em conformidade com a Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, foram efetuados levantamentos de preços com o objetivo da obtenção de custo estimado, baseados no seguinte preceito, atinente ao referido instrumento normativo:

(...) Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não.

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório (...)

- 5.3. Os documentos relacionados à pesquisa estão especificados na árvore do processo SEI nº 08200.022231/2021-62, bem como em Nota Técnica específica da metodologia empregada.
- 5.4. As estimativas de preços obtidas serão demonstradas no documento "MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS", também, neste processo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. No intuito de concretizar o objetivo almejado, qual seja, contratação de empresa especializada em serviços de consultoria advocatícia para constituição de um CNPJ sob a forma de Associação, visando à implantação do Programa de Saúde da Polícia Federal, serão necessárias:

- 6.1.1. Reunião preliminar;
 - 6.1.2. Elaboração da proposta de Estatuto da Associação;
 - 6.1.3. Discussão sobre a proposta;
 - 6.1.4. Apresentação da versão final da proposta de Estatuto;
 - 6.1.5. Minuta do edital de convocação dos interessados para Assembleia Geral de Constituição;
 - 6.1.6. Aprovação do Estatuto e eleição dos membros componentes dos órgãos de administração e conselho fiscal;
 - 6.1.7. Registro do Estatuto junto ao Cartório de Pessoas Jurídicas.
- 6.2. Assim, entende-se que não serão necessárias outras contratações para a consecução do objeto pretendido. Todas as suas etapas compõem um único objeto.
- 6.3. A contratação dar-se-á por meio de Dispensa de Licitação.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1. Trata-se de serviço a ser contratado em item único, por meio de Dispensa de Licitação, considerado o menor preço do item.
- 7.2. Considerou-se uma quantidade de contratação de assessoria jurídica para constituição de um CNPJ sob a forma de Associação, visando à implantação do Programa de Saúde da Polícia Federal.
- 7.3. A tabela a seguir apresenta o quantitativo estimado para o presente processo de contratação;

ITEM	Descrição	Quantidade
1	Contratação de empresa especializada em serviços de assessoria jurídica para constituição de um CNPJ sob a forma de Associação, visando à implantação do Programa de Saúde da Polícia Federal	01 UN

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. A estimativa da quantidade foi obtida em função da necessidade da contratação de profissional especializado para a constituição da Associação.
- 8.2. Para o caso da contratação, o quantitativo estimado foi de 01 (um) profissional.
- 8.3. A obtenção do custo estimado foi obtido após observados os preceitos do art. 5º da Instrução Normativa 73, de 5 de agosto de 2020, por intermédio de propostas apresentadas em orçamentos do Painel de Preços do governo Federal, bem como as advindas de pesquisa de mercado, sendo compilados os valores manifestamente exequíveis e dispensados os inexecuíveis ou com disparidade negativa ou positiva com grandes desvios entre os valores mínimos e máximos. Toda a metodologia utilizada está no documento "NOTA TÉCNICA", constante neste processo.

PELA MÉDIA: R\$ 15.150,00

PELA MEDIANA: R\$ 15.150,00

8.4. O preço da mediana foi adotado considerando-se o fato de a citada Instrução Normativa preconizar, no inciso I do art. 5º, a observância de sua aplicação. Além do mais, tal critério (mediana) apresenta um valor central mais preciso que a média, pois esta considera valores mais discrepantes, distorcendo o resultado final.

8.5. Assim, o custo estimado é de R\$ 15.150,00 (quinze mil, cento e cinquenta reais)

ORÇAMENTO ESTIMADO				
ITEM	Descrição	Quantidade	Valor Unit Mensal	Valor Total Anual
1	Contratação de empresa especializada em serviços de assessoria jurídica para constituição de um CNPJ sob a forma de Associação, visando à implantação do Programa de Saúde da Polícia Federal	01 UN	R\$ 15.150,00	R\$ 15.150,00
TOTAL ESTIMADO PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO:				R\$ 15.150,00

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. De acordo com a Lei 8.666/1993:

"(...) Art. 23

§1º. As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala."

9.2. A regra é o parcelamento, contudo, trata-se de contratação de item único e que uma divisão do objeto acarretaria um dispêndio que afetaria a vantajosidade da contratação. Além disso, o custo da contratação é de pouca monta, sendo desnecessário, s. m. j. o parcelamento.

9.3. Entende-se que a licitação por item único é mais viável do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um administrador, sendo identificadas como vantagens os seguintes pontos:

- 9.3.1. maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços;
- 9.3.2. maior interação entre as diferentes fases do empreendimento;
- 9.3.3. maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos;
- 9.3.4. concentração da responsabilidade pela execução do empreendimento em uma só empresa;
- 9.3.5. concentração da garantia dos resultados;
- 9.3.6. diminuição dos custos.

9.4. Essa solução está em sintonia com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU, a exemplo do Acórdão nº 2.796/2013 - Plenário e Acórdão nº 1.854/2018 - Plenário.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Foram utilizados preços de empresas do mercado, pois o sistema de Painel de Preços do Governo Federal encontrava-se em manutenção. Para balizar as propostas encaminhadas, foram efetuados custos na OAB/DF, na OAB/PI e na OAB/SP.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**11.1. Código PGC: 13340 - CORRETAGEM - PLANO DE SAÚDE****12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

12.1. Por se tratar da contratação de objeto que servirá como meio necessário para a autogestão do PF Saúde, a solução, diretamente, promoverá a possibilidade de criação de uma Associação para gerir os recursos de origem privada do Programa de Saúde da Polícia Federal.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Implementação de procedimento de Dispensa de Licitação, pelo menor preço, para concretização da contratação de empresa especializada em serviços de consultoria advocatícia para constituição de um CNPJ sob a forma de Associação, visando à implantação do Programa de Saúde da Polícia Federal.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Na realização do presente estudo não haverá impacto ambiental.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Assim, diante do exposto acima, entende-se por VIÁVEL a contratação da solução demandada. Em cumprimento ao disposto da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, emitida pela Secretaria Especial de Desburocratização do Ministério da Economia, o presente documento segue assinado pelos Integrantes Requisitante, Administrativo e Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Requisitante

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas. Os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos compatíveis com a atividade desempenhada pela, e os riscos envolvidos são administráveis.

RÚBIA DANYLA GAMA PINHEIRO

Delegada de Polícia Federal

Matrícula PF 17160

Integrante Requisitante

CGPLAM/DLOG/PF

Integrante Técnico

O presente planejamento foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e do objeto das contratações pretendidas. No mais, atende adequadamente às demandas formuladas. Os benefícios pretendidos são adequados, e os custos previstos são compatíveis com a atividade desempenhada pela CGPLAM/DLOG/PF. Os riscos envolvidos são administráveis, porém, constatou-se que a não contratação das ações demandadas são causa de grande impacto à Unidade (prejuízos administrativos, operacionais, e financeiros), motivo pelo qual a área requisitante recomenda o prosseguimento do feito.

JÂNIO CHAVES NASCIMENTO DE ANDRADE

Agente Administrativo

Matrícula PF 12545
Integrante Técnico
CGPLAM/DLOG/PF

Integrante Administrativo Titular

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e necessários à execução da atividade da unidade requisitante. Os riscos envolvidos são administráveis, pelo que recomendamos o prosseguimento do feito.

LUIZ FERNANDO SANTOS CHAVES VIEIRA

Agente Administrativo
Matrícula PF 21124
Integrante Administrativo
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Autoridade Competente

Aprovo o presente estudo técnico, por contemplar todos os requisitos administrativos legais para a continuidade da instrução do processo de contratação dos serviços pretendidos. A opção pela modalidade licitatória encontra amparo legal, bem como satisfaz princípios de boas práticas de gestão.

ANDRÉ VIANA ANDRADE

Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística
Ordenador de Despesas
DLOG/PF



Documento assinado eletronicamente por **JANIO CHAVES NASCIMENTO DE ANDRADE, Agente Administrativo(a)**, em 17/01/2022, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RUBIA DANYLA GAMA PINHEIRO, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 17/01/2022, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE VIANA ANDRADE, Diretor(a)**, em 18/01/2022, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO SANTOS CHAVES VIEIRA, Agente Administrativo(a)**, em 18/01/2022, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21455750** e o código CRC **F554FBEE**.

